



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26/04/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 11

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 26/04/2016

ATA Nº 11

----- Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Graça Campos Pinto, Técnica Superior. --

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 11 de abril de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro - Voto de Agradecimento

----- Foi presente um ofício da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, a comunicar que, em Assembleia Geral Ordinária realizada no passado dia 25 de março, por proposta da Direção e expresso no seu Relatório e Contas de 2015, foi aprovado, por unanimidade um "*Voto de Agradecimento à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pela excelente colaboração que sempre se dignou dispensar-nos, nomeadamente ao seu digníssimo Presidente.*" -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2- DIVISÃO FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 21 de abril de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----
----- De operações orçamentais: 1.284.123,45 € (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil cento e vinte e três euros e quarenta e cinco cêntimos); -----
----- De operações não orçamentais: 241.851,70 € (duzentos e quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e um euros e setenta cêntimos), num total de 1.535.505,11 € (um milhão quinhentos e trinta e cinco mil quinhentos e cinco euros e onze cêntimos).-----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Atribuição de apoio financeiro ao Grupo Regionalista Os Amigos de Moninho, destinado a participar as despesas decorrentes da realização de Montaria ao Javali, realizada no dia 21 de fevereiro de 2016.

----- Foi presente a seguinte Proposta do Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio: -----
----- *“Considerando o importante contributo da atividade cinegética para a economia do meio rural, aliada à necessidade de compatibilização permanente entre a conservação da natureza e da diversidade biológica e os aspetos culturais, sociais e ambientais associados à caça; -----*
----- *Tendo em conta que as montarias têm uma presença marcante no panorama cinegético regional e nacional, tendo aumentado anualmente o número de Monteiro e entusiastas pela caça maior; -----*
----- *Considerando que no passado dia 21 de fevereiro realizou-se a Tradicional Montaria ao Javali, prevista no Plano Anual de Exploração, para a época venatória 2015/2016 da zona de Caça Municipal de Pampilhosa da Serra, que contou com a presença de cerca de uma centena de Monteiro e dez matilhas; -----*
----- *Tal iniciativa da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, contou com o apoio e empenho da Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra e do Grupo Regionalista Os Amigos de Moninho na sua realização, e visou sobretudo promover a atividade cinegética do concelho, constituindo-se como um fator de atração turística e dinamizador da economia local, tendo proporcionado momentos de salutar convívio e companheirismo entre os participantes; -----*
----- *Considerando que as despesas decorrentes da realização da supradita Montaria ao Javali e*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

almoço dos participantes foram suportadas pelo Grupo Regionalista Os Amigos de Moninho; -----

----- Considerando ainda que, no âmbito das suas competências materiais, compete à Câmara Municipal "... apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças", atento o disposto na al. u) do n.º 1 do art. 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação em vigor; -----

----- Pelo exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1 - Proceder à transferência de verbas no valor de 2.500 € para o Grupo Regionalista Os Amigos de Moninho, destinadas a comparticipar as despesas decorrentes da realização da Montaria ao Javali, no passado dia 21 de fevereiro de 2016, tendo em conta a Informação de Cabimento e o Comprovativo de Fundos Disponíveis." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- 1 - Proceder à transferência de verbas no valor de 2.500 € para o Grupo Regionalista Os Amigos de Moninho, mediante protocolo, destinadas a comparticipar as despesas decorrentes da realização da Montaria ao Javali, no passado dia 21 de fevereiro de 2016, tendo em conta a Informação de Cabimento e o Comprovativo de Fundos Disponíveis. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - CÂMARA MUNICIPAL

2.2.1 - Aquisição do Imóvel, Inscrito na Matriz Predial Urbana da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo n.º 2218, Descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o n.º 472.

----- Informação do Sr. Presidente da Câmara, para conhecimento do Órgão Executivo Autárquico: -----

----- Tendo em conta a pretensão do Município em continuar a apostar no Concelho como destino turístico, considerando a enorme importância para o desenvolvimento do Concelho, o Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a impulsionar a oferta turística na nossa região de modo a tentar proporcionar uma potencial fonte de riqueza e despertar o interesse turístico, elevando o padrão de qualidade, de prestígio e de promoção de imagem do Concelho de Pampilhosa da Serra; -----

----- Tendo em conta a grande afluência de banhistas/visitantes à praia fluvial, julga-se de grande importância dar continuidade à requalificação do leito do Rio Unhais, na Zona



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

do "Cabecinho", tendo para tal que melhorar as suas acessibilidades, de forma a permitir a passagem de viaturas; -----

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **informo que irá ser adquirido um prédio urbano**, sito ao Cabecinho, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 16 m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 2218 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 472. -----

----- Dos contactos e negociações encetados com o proprietário do imóvel supra indicado, imprescindível ao alargamento da via pública para o local em questão, foi acordado o pagamento da importância de **10.000,00 € (dez mil euros)** ao Sr. Dr. Jaime Manuel Baeta Carlos Ferreira, casado na comunhão de adquiridos com Isabel Maria Marouvo da Cruz, contribuintes fiscais nºs 146.116.003 e 146.116.011, respetivamente, residentes na R. Infanta Dona Maria 436 - 1º Esquerdo, 3030-330 Coimbra, a suportar pelo Município para a compra do respetivo imóvel, existindo verba em orçamento para efetuar a referida aquisição, conforme informação em anexo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2.2 - Pinhais do Zêzere - Apoio à Realização de Atividades - 2016 - Contrato-Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turístico e de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no Concelho de Pampilhosa da Serra - 2016

----- Foi presente um ofício da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, a propor a minuta do Contrato-Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turístico e de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no Concelho de Pampilhosa da Serra - 2016. -----

----- Após análise e tendo presente o parecer elaborado pela Sociedade de Advogados Veiga e Moura e Associados, sediada em Coimbra, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a referida minuta do Contrato-Programa, no valor de 830.500,00 € (oitocentos e trinta mil e quinhentos euros), no período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, conforme cláusula 4ª da minuta. -----

----- O presente encargo tem cabimento orçamental na rubrica das Grandes Opções do Plano com a seguinte classificação: 04 430 2016/637 Ac. 1, e 0102 - 040701. -----

----- Não participaram na votação o Sr. Presidente da Câmara Municipal José Alberto Pacheco Brito Dias e a Srª Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por impedimento legal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais foi deliberado dar poderes ao Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio, para assinar o referido Contrato-Programa. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - SECRETARIA

3.1.1 - Acústica Médica - Rastreio auditivo gratuito

- Pedido de autorização e isenção de taxas para ocupação da via pública

----- Foi presente um e-mail da Acústica Médica (Hidden Hearing, Portugal) a comunicar que pretendem realizar uma ação de rastreio em Portela do Fojo, no próximo dia 02 de maio, pelo que, solicitam autorização para ocupação da via pública, bem como a isenção de taxas, por se tratar de uma ação de saúde e gratuita. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria sobre o pedido supra, na qual refere que de acordo com o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, não poderá a Acústica Médica ser isenta de taxas de ocupação da via pública com uma unidade móvel. Contudo, a firma propõe-se prestar cuidados básicos de saúde (teste de audição) gratuitamente na área do concelho e uma vez que a população do concelho é envelhecida e estes casos são de maior presença nestes escalões etários, entendem os serviços haver interesse público municipal e poderá o licenciamento ser isento de acordo com a alínea a) do n.º 3 do artº 8º do regulamento acima citado. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - OBRAS PÚBLICAS

4.1.1 - Requalificação de Arruamentos_Dornelas do Zêzere

- Concurso n.º 172011



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- Revisão de Preços Definitiva

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Em 15 /04/2016, a empresa adjudicatária veio comunicar que não havia sido efetuada a revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, não obstante a receção provisória ter ocorrido em 02/08/2012.-----

----- Aquando da elaboração da conta final de empreitada, os valores referentes à revisão de preços não foram incluídos ou considerados.-----

----- O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 382º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº6/2004 de 6 de janeiro.

----- Na cláusula 4ª do contrato de empreitada celebrado a 29/12/2011 está definida a fórmula da revisão de preços a utilizar na presente empreitada.-----

----- Nos termos do nº1 do artigo 382º do Código dos Contratos Públicos, o preço das empreitadas de obras públicas será obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto Lei nº6/2004 de 06 de janeiro.-----

----- De acordo com o disposto no nº1 do artigo 19º do Decreto Lei nº6/2004 de 06 de janeiro, o direito à revisão de preços caduca com a conta da empreitada, salvo nas seguintes situações: -----

----- i. Quando existam reclamações ou acertos pendentes;-----

----- ii. Quando não estejam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- iii. Quando o cálculo da revisão de preços for da obrigação do dono da obra e a conta final da empreitada não contemple a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- Assim e atento o atrás referido, verifica-se que a conta final da empreitada não contemplou a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais, devendo ser feita atualmente a citada revisão.-----

----- Depois de efetuados os cálculos referentes à revisão de preços, que se apresentam em anexo, apurou-se um valor total a pagar ao adjudicatário de 1.223,10 € (mil, duzentos e vinte e três euros e dez cêntimos), de acordo com a fórmula prevista no contrato celebrado e que é coincidente com o valor apresentado pela adjudicatária.-----

----- Nestes termos, entende-se que o valor de 1.223,10 € (mil, duzentos e vinte e três euros e dez cêntimos), acrescido de IVA poderá ser pago, após a respetiva cabimentação e compromisso.---

----- Nestes termos proponho o envio para apreciação e votação em reunião de Câmara.-----

----- À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1.2 - Requalificação de Arruamentos_Sobral Valado

- Concurso nº 192011
- Revisão de Preços Definitiva

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
----- “ Em 15 /04/2016, a empresa adjudicatária veio comunicar que não havia sido efetuada a revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, não obstante a receção provisória ter ocorrido em 04/06/2012.-----

----- Aquando da elaboração da conta final de empreitada, os valores referentes à revisão de preços não foram incluídos ou considerados.-----

----- O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 382º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº6/2004 de 6 de janeiro.

----- Na cláusula 4ª do contrato de empreitada celebrado a 29/12/2011 está definida a fórmula da revisão de preços a utilizar na presente empreitada.-----

----- Nos termos do nº1 do artigo 382º do Código dos Contratos Públicos, o preço das empreitadas de obras públicas será obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto Lei nº6/2004 de 06 de janeiro.-----

----- De acordo com o disposto no nº1 do artigo 19º do Decreto Lei nº6/2004 de 06 de janeiro, o direito à revisão de preços caduca com a conta da empreitada, salvo nas seguintes situações: -----

----- i. Quando existam reclamações ou acertos pendentes;-----

----- ii. Quando não estejam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- iii. Quando o cálculo da revisão de preços for da obrigação do dono da obra e a conta final da empreitada não contemple a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- Assim e atento o atrás referido, verifica-se que a conta final da empreitada não contemplou a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais, devendo ser feita atualmente a citada revisão.-----

----- Depois de efetuados os cálculos referentes à revisão de preços, que se apresentam em anexo, apurou-se um valor total a pagar ao adjudicatário de 4.255,68 € (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e oito centimos), de acordo com a fórmula prevista no contrato celebrado e que é coincidente com o valor apresentado pela adjudicatária.-----

----- Nestes termos, entende-se que o valor de 4.255,68 € (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e oito centimos), acrescido de IVA poderá ser pago, após a respetiva cabimentação e compromisso.-----

----- Nestes termos proponho o envio para apreciação e votação em reunião de Câmara.-----

----- À consideração superior.”-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 - Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo_Pampilhosa da Serra

- Liberação de caução**
- Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o ajuste direto para execução da empreitada “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo_Pampilhosa da Serra”, a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 09 de março de 2016 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, foi efetuada vistoria no dia 23 de março de 2016 pelas 16:30 horas no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido elencada uma anomalia ao nível da pintura exterior. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que não estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro não reúne condições para ser satisfeita, não sendo possível liberar qualquer garantia relativa à empreitada em epígrafe. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.4 - Concurso nº 3312010

- Plano de Aldeia de Fajão_Acessibilidades_Reabilitação Urbana**
- Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada “Plano de Aldeia de Fajão_Acessibilidades_Reabilitação Urbana”, a firma Calado & Duarte, Lda,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

apresentou em 09/03/2016 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, foi efetuada vistoria no dia 22 de março de 2016 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 15% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Retenção de 8.830,50 € aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº2, tendo atualmente o valor de 2.207,62 €; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Devolução do montante de 1.324,58 €, retido aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº 2. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.5 - Concurso nº 052013

- Execução de Conduta Adutora_Z.I. Pampilhosa da Serra

- Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada “Execução de Conduta Adutora Z.I. Pampilhosa da Serra”, a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 09/03/2016 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

agosto, foi efetuada vistoria no dia 22 de março de 2016 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 60% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Retenção de 5.497,30 € aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº 2; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Devolução do montante de 3.298,38 €, retido aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº 2. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - TURISMO

5.1.1 - III Concurso de Fotografia "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza"

----- Pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, foi presente a seguinte Proposta: -----

----- "Considerando que a Câmara Municipal em 2012 e 2014 promoveu a realização do I e II Concursos de Fotografia "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza" (respetivamente), com o objetivo de divulgação da marca "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza", das características ímpares das praias fluviais, gastronomia, aldeias do xisto, paisagens e vida do concelho de Pampilhosa da Serra, de aumentar o acervo fotográfico do Município de Pampilhosa da Serra, de incrementar o gosto pela fotografia nos jovens pampilhosenses, de envolver os agentes turísticos privados a operar no território; -----

----- Considerando que a fotografia, ao fixar a realidade no tempo e no espaço, adaptou-se há



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

muito e exemplarmente às novas tecnologias, que vieram ampliar a capacidade criativa dos autores e potenciar a sua característica primordial enquanto elemento divulgador de um determinado território e de uma determinada cultura; -----

----- Considerando que nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (atenta a sua atual redação em vigor), constituem atribuições dos Municípios a promoção da cultura, a proteção do património e a ocupação dos tempos livres; -----

----- Pelo exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, equacione: -----

----- - aprovar a realização do III Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza”, que decorrerá de 28 de abril de 2016 a 28 de abril de 2017, tendo na sua génese a formulação de um convite à fixação de elementos identitários do concelho, destacando-se o Património Paisagístico, o Xisto e a Água, enquanto elementos importantes, marcantes e essenciais dessa identidade; -----

----- - aprova as Normas de Participação inerentes ao mesmo (anexas), que estabelecem a respetiva tramitação, as correspondentes temáticas, os critérios de participação e atribuição de prémios, as características do material a concurso, prazos, composição e competência do Júri, atenta também a Informação de Cabimento emitida pela Divisão Financeira”. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: -----

----- 1 - Aprovar a realização do III Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza”, que decorrerá de 5 de maio de 2016 a 5 de maio de 2017, por razões de logística; tendo na sua génese a formulação de um convite à fixação de elementos identitários do concelho, destacando-se o Património Paisagístico, o Xisto e a Água, enquanto elementos importantes, marcantes e essenciais dessa identidade. -----

----- 2 - Determinar que o Júri do III Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza” seja constituído por: -----

----- Presidente: Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara Municipal; -----

----- Vogal: Gustavo José de Almeida Brás, licenciado em Arte e Design, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; -----

----- Vogal: José Luís Rosa Elvas, fotógrafo e editor fotográfico; -----

----- Vogais Suplentes: Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Municipal do Município de Pampilhosa da Serra e Luís Miguel Castela de Lemos, Assistente Técnico do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- 3 - Atenta a Informação de Cabimento emitida pela Divisão Financeira, aprovar as Normas de Participação inerentes ao mesmo, que estabelecem a respetiva tramitação, as correspondentes temáticas, os critérios de participação e atribuição de prémios, as características do material a concurso, prazos, composição e competência do Júri, e cujo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

teor se dá por integralmente transcrito para todos os efeitos legais, salvaguardadas as alterações ora deliberadas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- Nos termos do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a reunião foi pública, de acordo com o preceituado no artigo acima referenciado, não tendo estado presente qualquer munícipe. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----


